



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA  
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DISCUTIR O PANORAMA DO  
SERVIÇO PÚBLICO EM SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 5 DE  
NOVEMBRO DE 2024, ÀS 10H, NO PLENARINHO DEPUTADO PAULO  
STUART WRIGHT DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE**

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho) –** Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom dia. Sejam todos bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública convocada pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, atendendo requerimento do excelentíssimo senhor Deputado Estadual Fabiano da Luz, que tem por objetivo debater o panorama do serviço público em Santa Catarina.

O Atlas do Serviço Público de Santa Catarina, elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), traz dados relevantes sobre a evolução do serviço público catarinense. Santa Catarina foi o único Estado do sul do País onde o número de trabalhadores do serviço público cresceu menos que a população entre 2012 e 2022 – enquanto a população aumentou 19,6%, o número de servidores cresceu apenas 9,6%.

O Atlas também revela mudanças importantes no perfil dos servidores, como a maior participação das mulheres, que se tornaram majoritárias em 2022, considerando os setores públicos federal e estadual. Além disso, observa-se um envelhecimento dos trabalhadores públicos e um aumento progressivo de profissionais com nível superior completo.

Para compor a mesa de autoridades, convidamos o excelentíssimo senhor Deputado da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Fabiano da Luz; o excelentíssimo senhor Deputado da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Marquito; o senhor vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, Hélio Lentz Puerta Neto; o senhor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Daniel Monte Cardoso; e a presidente da Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais, Jucélia Vargas.

Registramos e agradecemos a presença das seguintes autoridades que se apresentaram ao nosso Cerimonial: a senhora Prefeita de Campo Erê, Rozane Bortoncello Moreira; a senhora Vereadora de Campo Erê, Suzi Teske; a senhora Vereadora de Florianópolis, Tânia Ramos; a senhora presidente da Federação dos Trabalhadores Municipais do Estado de Santa Catarina, Sueli Silvia Adriano; o senhor presidente do Sindicato da Saúde do Estado de Santa Catarina (SindSaúde), Nereu Sandro Espezim; o senhor presidente do Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários do Vale do Itajaí (Sintevi), Lúcio



André da Silva; o senhor presidente do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Alexandre Melo; o senhor presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina, Acácio Marian; a senhora presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público de Santa Catarina (Sintespe), Marlete Aparecida Gonzaga; o senhor presidente da Associação de Professores da Udesc (Aprudesc), Douglas Ladik Antunes; o senhor vice-presidente do Sindicato dos Técnicos Industriais de Santa Catarina, Bauer José dos Santos; o senhor secretário-geral do Sindicato dos Servidores da Secretaria de Estado da Administração (Sindsea), Anderson Richard Nuernberg; o senhor secretário de Assuntos Educacionais do Sinte/SC, Luiz Carlos Vieira; e a senhora assessora parlamentar Mirian Lúcia Hoffmann Darós, neste ato representando o gabinete parlamentar do excelentíssimo senhor Deputado Estadual Neodi Saretta.

Convidamos o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Fabiano da Luz, proponente desta audiência pública, para proceder à abertura oficial e presidir os trabalhos.

Uma ótima audiência a todos e um bom-dia.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) –** Muito obrigado. Bom dia a todas e a todos.

Quero começar convidando uma das mulheres citadas pelo Cerimonial, pode ser coordenadora, presidente de entidade, para que venha representar as mulheres aqui na mesa, para termos uma representante feminina também, não é? E quero agradecer, desde já, a presença de todos. Nós sabemos que ainda tem algumas caravanas adentrando aqui na Assembleia Legislativa e estávamos esperando um pouquinho para dar tempo para todos, mas nós também temos horário e sabemos que quando chega meio-dia, a necessidade do feijão bate forte e muitas pessoas começam a sair, e nós queremos aproveitar bem a oportunidade das falas.

É um momento importante quando reunimos o Fórum para conversar, não é, Neto? Nós já fizemos várias audiências públicas ao longo dos anos e dessas audiências é que nós tiramos as demandas, no que precisamos pressionar o governo, cobrar do governo, mas o mais importante de tudo é que fazemos isso com todas as entidades juntas. Nós já temos experiência de sobra, quando é um setor só, um grupo só que reivindica, é muito fácil para as forças que nós enfrentamos o engolirem. Agora, quando todas as entidades do setor público pegam junto nós nos tornamos muito mais fortes, organizados e, assim, conseguimos avançar em muitas pautas. Então, é sempre bom quando todas as entidades estão juntas, unidas pelo mesmo propósito, porque a nossa força e o nosso grito se tornam maiores.

Muito obrigado pela presença de todos vocês. Quero agradecer o meu colega, Deputado Marquito – eu peguei no pé dele dizendo que ele ficou magrão depois da campanha e que na nossa região oeste normalmente nós engordamos, porque lá é pão com linguiça, galinhada ou churrasco, e aqui ou é falta de comida, ou, na justificativa dele, é porque sobe morro, desce morro, faz mais exercício no período da campanha, não é?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO –** É muito pirão d'água aqui! (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) –** Mas cumprimento o Marquito e todos os demais convidados.



Vou passar a palavra ao Deputado Marquito para que ele faça o seus cumprimentos e depois nós seguiremos com a audiência ouvindo o Neto, o Dieese e as entidades que se inscreveram para fazer uso da palavra.

Marquito, a palavra é sua.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO** – Obrigado, Fabiano.

Eu queria fazer um cumprimento especial aos dirigentes sindicais que estão aqui, aos trabalhadores e às trabalhadoras, aos que resistem. Há alguns anos vimos num movimento de criminalização do movimento sindical e isso tem trazido consequências muito trágicas do ponto de vista da capacidade de negociação e de diálogo, principalmente da garantia dos direitos. Então quero aqui saudá-los pela luta, pela manutenção da luta e pela resistência diante desse cenário.

Nós poderemos passar uma manhã aqui ouvindo o panorama do trabalho que o Dieese vem elaborando, conhecendo a realidade e tendo esse diagnóstico do serviço público, dos trabalhadores e das trabalhadoras do serviço público de Santa Catarina, é fundamental também para a nossa atividade parlamentar, seja por meio do Fórum e da Frente do Serviço Público, seja por meio do nosso trabalho, no sentido de garantir esses direitos, mas mais do que isso, é fundamental ter o diagnóstico, o panorama bem estabelecido para ser um instrumento de defesa também do serviço público de Santa Catarina.

Nós temos sentido cada vez mais o avanço das terceirizações e das quarteirizações, o avanço da desvalorização do serviço público e, principalmente, o quanto isso tem depreciado o trabalho lá na ponta e deixado as pessoas, os catarinenses que mais precisam da educação, da saúde, da assistência social, da segurança pública, sem acesso a esses serviços por conta da diminuição do Estado, de uma concepção de um Estado cada vez mais mínimo.

Então, é importante estarmos aqui. E quero parabenizá-los por este momento, que certamente será um grande momento. Contem conosco para as lutas que são necessárias.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** Muito obrigado, Marquito.

Eu registro e agradeço a presença do Vereador eleito de Florianópolis, o senhor Leonel Camasão, que está aqui conosco. Obrigado, Camasão.

Agora passo a palavra para o senhor Daniel Monte Cardoso, economista e técnico do Dieese, que fará uma apresentação. Depois, farão uso da palavra o Neto, a Jucélia e as entidades que estão inscritas.

Então, a palavra está contigo, Daniel.

**O SR. DANIEL MONTE CARDOSO** – Bom dia a todos e a todas.

Primeiramente eu gostaria de dizer que ingressei este ano no Dieese. E gostaria de agradecer o Deputado Fabiano da Luz pela iniciativa e a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público. Também gostaria de cumprimentar o Deputado Marquito, que está presente aqui na mesa, e agradecer o Fórum do Serviço Público de Santa Catarina pela oportunidade de fazer esta apresentação, e também ao Neto e à companheira Jucélia, que estão presentes aqui.

Para nós é uma grande satisfação apresentar este trabalho que foi elaborado ao longo deste ano, cujo nome é Atlas do Serviço Público em Santa



Catarina 2024. É um trabalho que se propôs a atualizar um documento que já havia sido elaborado em 2021 e já tratava do panorama, do mapeamento do serviço público em Santa Catarina.

A ideia é fazer uma breve apresentação, mostrar alguns resultados para vocês, e depois abrir para o debate, para a discussão e para o aprofundamento do nosso trabalho. Se me permitirem, eu gostaria de apresentar do púlpito para facilitar. [*Transcrição: Fabiano Antonio de Souza / Leitura: Reinaldo Takashima Ouriques*]

*(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)*

Bem, esse trabalho foi dividido em três partes, nós realizamos três capítulos, essencialmente. O primeiro capítulo trata do contexto socioeconômico do Estado, então procura mostrar um pouco a evolução do PIB, da riqueza do Estado e a evolução do mercado de trabalho e do orçamento estadual; o segundo capítulo trata do emprego público em Santa Catarina, propriamente dito; e o terceiro capítulo, que foi um ponto importante para nós, incorpora alguns elementos, alguns dados sobre a saúde e a segurança do trabalhador no Estado. Nós julgamos importante tratar desses temas, que têm recebido interesse e sido debatidos entre as entidades sindicais.

Como sabemos, o Estado de Santa Catarina é um dos Estados mais dinâmicos e mais desenvolvidos do país. Segundo os últimos dados do IBGE, Santa Catarina é o sexto maior PIB do país dentre os Estados brasileiros e possui a décima maior população. Para vocês terem uma ideia, em 2021 o PIB *per capita* de Santa Catarina era 38% acima do PIB *per capita* brasileiro, sendo que em 2011 já era 21% maior. Então houve um crescimento importante do PIB *per capita* de Santa Catarina, e não só do PIB *per capita*, mas do PIB e uma maneira geral.

Em virtude do seu dinamismo e do seu crescimento econômico, o Estado passou a receber um aporte cada vez maior de pessoas. Então, entre 2010 e 2022 – que são os dados dos dois últimos censos demográficos – o Estado apresentou um crescimento populacional de 22%, enquanto o Brasil apresentou um crescimento de 6,5%. Além disso, o Estado de Santa Catarina está cada vez mais presente no noticiário, seja como um Estado pujante economicamente, seja como um Estado que atrai cada vez mais população do Brasil. E sabemos que os Estados mais desenvolvidos apresentam um sistema público mais complexo e mais diversificado e, historicamente, concentram a maior parte dos servidores públicos no Brasil.

Por outro lado, a partir da promulgação da Constituição de 1988 observamos que houve uma universalização das políticas de saúde e de educação e a ampliação das políticas públicas em regiões de maior carência. Então, nos últimos 35 anos, nós temos observado um processo de desconcentração dos servidores públicos no Brasil. A despeito disso Santa Catarina, apesar de ser um Estado rico e desenvolvido, também apresentou um crescimento importante após 1988, e mesmo sendo um Estado que não entraria nesse processo de desconcentração, apresenta uma taxa de crescimento importante, que foi mais ou menos em torno de 3% - não vai aparecer nesse gráfico, mas está em torno disso.

É interessante notar que Santa Catarina é um Estado que apresenta os melhores indicadores de mercado de trabalho no Brasil. Se observarmos a taxa de desocupação, enquanto em Santa Catarina, em 2022, girava em torno de



3,8%, no Brasil girava em torno de 9,6%. Pensando, por exemplo, na informalidade, o Estado apresentava uma baixa taxa de informalidade quando comparada com a do Brasil, estava em 27,4%, e o Brasil em 40%. E quando nós observamos o rendimento médio do trabalho principal no Estado, vemos que Santa Catarina tinha aproximadamente R\$ 3.246,00, enquanto o Brasil apresentava o valor de R\$ 2.800,00.

É interessante notar como essa riqueza é apropriada pelo Estado. Por mais que o Estado tenha apresentado taxas de crescimento cada vez maiores e acima das taxas de crescimento nacional, analisar o orçamento público do Estado é importante para avaliar como essa riqueza foi revertida em recursos para o Estado. Será que de fato isso foi revertido para a administração pública ou não? Como é que o Estado investiu em seus servidores?

Ultimamente as despesas com os servidores, tanto aqui como no Brasil inteiro, têm sido norteadas pelos parâmetros estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi aprovada no ano 2000.

Tem um trabalho interessante do Ipea, que foi elaborado pelo Junqueira e pelo Orair, que mostra que desde 2014 as despesas com os salários, com os servidores, em relação ao PIB se mantiveram relativamente estáveis. Mas quando nós observamos o Estado de Santa Catarina, é muito interessante notar como, a partir de 2016, como a Receita Corrente Líquida, que são os recursos que o Estado consegue arrecadar e tem disponíveis para dispêndio com os seus servidores, passa a cair. E pensando na série histórica desde 2012, ela passa de 7,58% para 7,25%, ou seja, o Estado passa a ter cada vez menos recursos destinados à administração pública em relação ao seu PIB. Pensando na despesa com pessoal, vemos que ela parte de 4,62%, atinge o pico em 2016, e passa a cair, atingindo 4,19%. Então, é interessante notar que há uma queda, até mais acentuada, das despesas com pessoal sobre o PIB. Essa é uma estimativa do gasto que se tem com os servidores públicos no Estado.

Este gráfico (*aponta para a imagem*) é bastante interessante e muito utilizado pelas entidades sindicais para analisar como está o comprometimento da Receita Corrente Líquida com os servidores. E pensando na série histórica desde 2007, vemos que ela atinge o pico por volta de 2018, 2019, e passa a cair. Pelos últimos dados que nós temos, que são de agosto de 2024, o comprometimento da Receita Corrente Líquida do Estado com a folha de pagamento está nos patamares mais baixos, girando em torno de 40%, até um pouco menos, o que mostra que o Estado tem investido cada vez menos em seus servidores. E é interessante notar que o Estado, na verdade, poderia ter uma atitude de valorizar os servidores e conseguir não deixar de arrecadar recursos.

Este outro gráfico (*aponta para a imagem*) é interessante porque mostra a relação da renúncia fiscal, ou seja, os recursos que o Estado deixa de arrecadar, sobre a receita bruta. Desde 2019 observa-se um crescimento, passa de 15,4% para 34,8%, ou seja, o Estado cada vez mais tem renunciado aos seus recursos e às suas receitas, dando cada vez mais isenções às empresas, ao invés de utilizar esses recursos para investir não só nos servidores, mas também em políticas públicas. Então, este gráfico mostra um pouco o panorama do Estado, de como ele deixa de investir em seus servidores e também deixa de arrecadar recursos que poderiam ser revertidos para o serviço público de uma forma geral.



Bem, eu vou tratar agora do Atlas propriamente dito, que no caso é o segundo capítulo: o emprego público em Santa Catarina. Esse trabalho foi dividido em duas partes, sendo que na primeira procuramos analisar os dados da PNAD, que é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, do IBGE, que tem divulgação anual e também trimestral; e a segunda parte foi obtida a partir dos dados da RAIS, que é a Relação Anual de Informações Sociais, e esses são dados do Ministério do Trabalho e Emprego.

Na primeira parte do trabalho nós procuramos analisar e discutir: será que, de fato, há um inchaço de trabalhadores no serviço público de Santa Catarina? E a partir daí nós trazemos alguns indicadores para tentar entender se de fato houve um crescimento ou não.

Este gráfico aqui (*aponta para a imagem*), com dados de 2022, mostra o número de trabalhadores em termos absolutos, comparativamente com os outros Estados da região sul. O Estado de Santa Catarina, em termos absolutos, tem o menor quantitativo de trabalhadores públicos, com 365 mil, enquanto o Paraná tem 585 mil e o Rio Grande do Sul tem 663 mil. Mas vamos pensar em termos relativos, que é o que importa para nós.

O próximo gráfico é interessante, porque mostra o crescimento do número de pessoas ocupadas por posição na ocupação. É interessante notar como entre 2012 e 2022 a posição de ocupação que teve o maior crescimento foi o segmento por conta própria, seguido do segmento empregador, o empregado do setor público cresceu apenas 9,6%, até abaixo do crescimento dos trabalhadores domésticos. E quando se observa a proporção entre a quantidade de trabalhadores públicos e a população total, entre 2012 e 2022, percebe-se que o Estado de Santa Catarina foi o único Estado da região sul, pensando em relação ao Brasil, em que houve uma diminuição em termos proporcionais. Enquanto no Brasil houve um crescimento de 5,6% para 5,8%, no Rio Grande do Sul foi de 5,6% para 6,1% e o Paraná manteve a estabilidade, Santa Catarina diminuiu, de 5,2% para 4,2%. E um dos motivos pelos quais houve essa diminuição em termos relativos foi o crescimento populacional no Estado.

Esse dado compara 2012 e 2022 e aquele primeiro dado, que eu falei para vocês no começo da apresentação, mostra o crescimento populacional entre os dois censos demográficos.

Aqui é interessante notar (*aponta para o gráfico*) que o crescimento populacional nesse período de dez anos foi de cerca de 20%, e isso teve um impacto no serviço público de uma forma geral quanto à quantidade de trabalhadores públicos em termos proporcionais. E mesmo pensando em relação à quantidade de trabalhadores ocupados, Santa Catarina também tem uma proporção relativamente pequena.

Este gráfico aqui (*aponta para a imagem*) compara os países da OCDE, pegando vários países e também o Brasil. Quando analisamos a proporção de trabalhadores públicos em relação ao número de trabalhadores ocupados, Santa Catarina não só estava abaixo do Brasil, como também estava abaixo da maioria dos países, com exceção do Japão e da Coreia do Sul. [Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Fabiano Antonio de Souza]

Esse dado está presente no documento que depois disponibilizaremos para as entidades sindicais, e há outras informações que também tratam desse dado em relação aos outros Estados, mas Santa Catarina também estava abaixo do Rio Grande do Sul e do Paraná. É interessante notar que, na



verdade, não há um inchaço de trabalhadores públicos, o que aconteceu nos últimos anos foi que, em termos relativos ao Estado, a despeito de ter havido um crescimento absoluto, considerando o crescimento populacional, houve um impacto na relação dos servidores com a população. Aliás, muitos de vocês aqui podem dizer como isso tem impactado o serviço público de forma geral.

A segunda parte do trabalho é a análise do quantitativo de trabalhadores e da remuneração média, a partir dos dados da RAIS.

Se observarmos, houve um crescimento no número de trabalhadores públicos em Santa Catarina, no período de 2012 a 2022: passou de aproximadamente 260 mil para mais de 303 mil em 2022, representando um crescimento absoluto de cerca de 17% no período.

Gostaria de fazer um parêntese importante: ao analisamos os dados da PNAD estamos considerando todos os trabalhadores públicos, inclusive os trabalhadores das empresas públicas. Neste gráfico, no entanto, não estão incluídos os trabalhadores das empresas públicas estaduais, somente os trabalhadores do setor público federal, estadual, municipal e de outras categorias do setor público, mas não entram as empresas públicas.

Quando se observa a variação percentual no número de trabalhadores públicos por Poder e esfera de governo, é interessante notar que os únicos segmentos que apresentaram crescimento no período foram o Judiciário Federal, com 4,6%, e outras categorias nos níveis federais e estaduais.

Gostaria de fazer uma breve pontuação: no nosso trabalho estamos considerando somente a análise do Poder Público estadual e do Poder Público federal – no estudo inicial a análise girou em torno desses dois Poderes e nós atualizamos os dados com base neles.

É interessante notar que houve um crescimento de quase 290% na categoria que nós chamamos de “outros estadual”. Essa categoria considera outras formas, outras estruturas da administração pública que não estão incluídas e que não se encaixam necessariamente nas estruturas do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Em uma pesquisa que realizamos constatamos que a maior parte dos vínculos desse segmento, que nós denominamos de “outros estadual”, diz respeito ao que chamamos de Fundo Público da Administração Direta Estadual, ou seja, a maior parte desses vínculos está relacionada a esse fundo público.

Em um estudo preliminar, constatamos que a maior parte desses vínculos está relacionada a profissões da saúde, embora outras profissões também estejam agregadas, mas a maior parte das profissões é da saúde, e boa parte desses vínculos cresceu substancialmente a partir de 2020.

Esse é um ponto que trazemos para o debate, inclusive os companheiros poderão falar um pouco melhor e, posteriormente, aprofundar o estudo.

Pensando na remuneração média real dos trabalhadores em Santa Catarina, por Poder e esfera de governo, constata-se que os únicos que apresentaram crescimento real foram o Judiciário estadual, com 10,6%, e a categoria “outros estadual”, com 1,8%. Os demais segmentos apresentaram redução, ou seja, uma perda real da remuneração média dos trabalhadores no período entre 2012 e 2022.

Outro aspecto que nós analisamos foi o perfil dos trabalhadores públicos em Santa Catarina. De 2012 a 2022, as mulheres passaram a ser maioria, representando um pouco mais de 50% do total de trabalhadores públicos – vale



ressaltar que estamos considerando o Poder Público nos níveis federal e estadual. No mesmo período, observou-se também um ligeiro envelhecimento do total de trabalhadores públicos no Estado e com a ausência de concursos públicos e o envelhecimento natural da população, observou-se um ligeiro envelhecimento dos trabalhadores públicos. Além disso, constatou-se um aumento no nível de escolaridade com o crescimento do número de trabalhadores de nível superior. Esse aumento da escolaridade entre os servidores públicos é uma tendência que se observa desde 1988 e que também se manifesta em Santa Catarina.

Por fim, gostaria de falar sobre um tópico que tem sido cada vez mais importante: a saúde e a segurança do trabalhador no setor público catarinense. No nosso estudo abordamos dois aspectos da saúde do trabalhador, que são os dados de notificação de acidente de trabalho – dados obtidos no Observatório de Segurança e Saúde do Trabalho, do Instituto Nacional de Seguro Social.

Nós fizemos um corte nesses dados, que foi filtrar pelo setor econômico a administração pública em geral. E um dado interessante é que entre as notificações de acidente do trabalho, a administração pública aparece como o quinto setor com maior número de notificações em Santa Catarina, representando 3,13% do total acumulado entre 2012 e 2022. No Brasil, consta como o terceiro maior setor, com 2,91%.

Quando nós observamos os afastamentos acidentários pelo INSS, por setor econômico, constata-se que em Santa Catarina a administração pública é o segundo setor com um maior número de afastamentos, com 4,18%, ficando atrás apenas do setor de transporte rodoviário de carga. E no Brasil, a administração pública é a primeira, com 3,97% - no nosso trabalho existem mais informações, pois tratamos também das ocupações e de outras informações sobre afastamentos acidentários.

Ressalto que nesta apresentação trouxemos apenas o número de afastamentos acidentários, mas também consideramos no estudo os afastamentos não acidentários, aqueles que não estão diretamente relacionados ao ambiente de trabalho. É bem interessante notar como a administração pública consta entre os maiores, dentro dos afastamentos acidentários pelo INSS.

Outro dado que é bastante interessante destacar, até tinha comentado com outro companheiro, é a tabela de afastamentos acidentários segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID). É interessante observar que em Santa Catarina as doenças mentais e comportamentais representam a segunda maior causa de afastamento, com 23,7%. No Brasil, essa categoria é a terceira maior, com 23,6%, uma proporção muito próxima. Esses dados, depois que vocês tiverem a oportunidade de ler, mostram como a questão das doenças mentais e comportamentais tem aparecido cada vez mais. Eu tenho certeza que muitos de vocês devem ter histórias e queixas sobre isso.

A ideia é justamente mostrar como esses três tópicos que nós apresentamos não estão desconectados. Se por um lado o Estado tem uma pujança econômica, um crescimento e um desenvolvimento cada vez maiores, por outro lado os recursos destinados para ao setor público, para a administração pública, o que é investido no serviço público têm sido, proporcionalmente, cada vez menores. E, para isso, é necessário que se conte



com um quantitativo de servidores cada vez menor, pelo menos proporcionalmente, e é o que tem acontecido.

Como eu mostrei, o Estado apresentou um crescimento da população em torno de 20%, mas o crescimento dos servidores não acompanhou esse processo. Isso, com certeza, irá impactar a saúde dos servidores públicos no Estado. Portanto, não é algo que está desconectado, essas coisas estão imbricadas. Exige-se cada vez mais que os servidores atendam a uma demanda cada vez maior, e isso tende a continuar nos próximos anos.

Essa é uma síntese do nosso trabalho, porque é claro que existem outras informações. A ideia é que esse trabalho seja um primeiro estudo para se apresentar à população e às entidades sindicais, mas que consigamos aprofundá-lo no futuro, também aproveitando as contribuições dos companheiros para conseguir trazer outras discussões relevantes.

Então era isso. Essas são as principais considerações e eu gostaria de agradecer novamente o Deputado pela iniciativa do Fórum.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Obrigado, Daniel, pelas informações e pelos dados que nos servem também de apoio, embasamento e conhecimento.

Passo agora a palavra para o senhor Hélio Lentz Puerta Neto, do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário (Sinjusc) e do Fórum Catarinense em Defesa do Serviço Público – ele foi um dos que articularam a nossa audiência pública.

**O SR. HÉLIO LENTZ PUERTA NETO** – Bom dia a todos e a todas. É um enorme prazer ver esta sala cheia, assim como as demais salas, com o pessoal que veio das caravanas pelo Estado.

Eu sou do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário (Sinjusc), mas aqui estou representando o Fórum Catarinense em Defesa do Serviço Público juntamente com a Jucélia, que é um espaço de debate, reflexão e ação sobre o serviço público de Santa Catarina. Esse movimento tem uma longa história. Se formos falar sobre a origem do Fórum, estaremos falando de décadas. [*Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Janis Joplin Zerwes Leite*]

Mais ou menos em 2012 tivemos o Fórum de Lutas. Depois, na época do “Fora Bolsonaro”, houve uma grande articulação entre os sindicatos, que ganhou ainda mais força durante o período da reforma administrativa. E foi a partir dessa organização dos sindicatos do serviço público das três esferas – estadual, municipal e federal –, dessa articulação que veio o Fórum, que por sua vez inspirou fóruns pelo Brasil inteiro, hoje tem fórum baiano, fórum goiano, fórum paulista. Tudo isso foi fruto desse trabalho de vanguarda que nós fizemos aqui. E como o Deputado bem falou no início, é fundamental esse trabalho coletivo que nós estamos fazendo aqui. Esses dados deveriam ser, em tese, um prato cheio para a imprensa ficar falando dia e noite, mas isso não acontece. Somos nós que fazemos, são as entidades sindicais que têm feito esse trabalho, com o apoio dos Deputados de oposição ao Governador Jorginho.

É louco pensarmos que esses dados não conseguem fazer com que o Jorginho perca essa dominância. Ele ainda consegue manter uma hegemonia, e isso se refletiu, inclusive, agora nas eleições municipais, que foram um massacre completo para o campo da esquerda. Foram pequenas vitórias, as quais se consegue colocar numa sacola, diante de um cenário muito ruim para



a esquerda, para os trabalhadores e para o serviço público de Santa Catarina. Com isso ele consegue convencer milhões de pessoas pelo Estado de que não existe alternativa.

Eu acho que esse é um ponto interessante: o estilo de condução que ele promove é que o possível é isso, é o que está posto, e ao fim as coisas são como são e o Estado funciona como tem que funcionar. E isso meio que nos coloca neste lugar. Não que o Jorginho seja o grande guia dessa expedição rumo ao caos ou ao fim do mundo. Na verdade, isso faz parte de um contexto, de uma narrativa global de que as ações coletivas e o trabalho coletivo não resolvem, o que resolve é o esforço próprio, é você individualmente, na lógica do "empresário de si mesmo" e do empreendedorismo. Não à toa esse crescimento de 40% de trabalhadores por conta própria aqui em Santa Catarina, pois tem essa lógica.

Então, estamos falando de algo bastante profundo, bastante profundo mesmo. E nós, que estamos na linha de frente, que conversamos com as pessoas, sabemos como é difícil contar o outro lado da história, não é? Nós estamos lá, a galera pedindo voto, conversando com a base, e sabemos como é difícil. E nós, ao mesmo tempo, compreendemos essa lógica do trabalhador, porque todo mundo precisa pagar as contas. Então, se com um emprego não dá, faz uma segunda renda, vende empadinha, vende brigadeiro, faz Uber, porque as contas chegam e têm que ser pagas, tem que se botar comida na mesa. Vamos dizer que essa pessoa está errada? Não está errada, ela faz o que tem que ser feito.

Então, sim, nós temos uma nova obrigação enquanto instituição: não podemos ter medo, as instituições não podem ter medo de fazer essa denúncia em relação ao que o Jorginho faz. Isso é um escândalo! Nós temos que sair daqui, todo mundo, dizendo que é um escândalo o governo abrir mão de 40% da receita de impostos. Nós só perdemos para o Amazonas, somos o segundo Estado que mais renuncia, e lá inclusive tem a questão tributária da Zona Franca de Manaus, que é uma característica própria do Estado, fora isso somos campeões em abrir mão de recursos. Isso tem a ver com a questão da concentração de riqueza. Somos um Estado rico, mas que concentra a riqueza nas mãos de meia dúzia, que não somos nós. Então o servidor público que acha que não está nesse bolo, que acha que está em um lugar um pouco mais privilegiado, confortável, digo que ele não está, não está!

Então, precisamos sair daqui para fazer essa denúncia e as entidades não podem ter medo de fazer isso.

Outra denúncia é em relação à Previdência. Está para vir uma reforma da Previdência, agora no final do ano, para voltar com a integralidade e a paridade, só que apenas para a Polícia Civil do Estado de Santa Catarina. Uma negociata do Jorginho.

Portanto, é sobre essas coisas que nós precisamos conversar. Essa complexidade que nós temos cria, inclusive, fumaça na nossa frente e, às vezes, ficamos meio sem saber de que maneira agir, não é? Isso é comum no nosso tempo e a organização é fundamental.

Durante a reforma administrativa, que foi um grande processo de coesão das forças dos sindicatos do serviço público das três esferas, houve uma mobilização muito forte que fez segurar essa reforma. Nós fizemos um debate bastante importante que foi pensar que tipo de sociedade nós queremos, em qual sociedade nós sonhamos viver. Isso é muito importante fazermos neste



momento, porque é justamente agora que estão tentando nos tirar as possibilidades de sonhar em ter uma vida melhor. Nós precisamos fazer esse exercício de pensar em todo mundo ter uma casa segura, que tenha água, que tenha uma cozinha equipada para as pessoas. Eu gosto muito daquela lógica de que onde tem vida, tem louça, porque se tem louça, teve comida, se tem louça teve equipamento para fazer as coisas. É muito importante nós resgatarmos essa lógica de sonhar com um espaço onde, perto da casa, tenha uma escola, uma creche, uma Unidade Básica de Saúde, uma praça e que o ônibus chegue, e que as mulheres possam pegar esse ônibus tranquilamente.

Nós perdemos um pouco isso e quando perdemos ficamos, em alguma medida, reativos nas ações. Nós estamos, nesse período, muito reativos. Nós reagimos muito, só que isso não está sendo suficiente. Não está mais sendo suficiente reagir. Vamos continuar reagindo o mais forte que pudermos, com certeza, mas agora precisamos dar um passo à frente. E será a organização coletiva, sobretudo dos sindicatos, sobretudo dos sindicatos do serviço público, que terão uma grande responsabilidade perante a sociedade, porque os sindicatos do setor privado foram absolutamente destruídos, destroçados. Alguns ainda se mantêm, mas a duras penas, pelos companheiros da iniciativa privada.

Então nós temos uma responsabilidade bastante grande e precisamos começar um processo de organização disso. O Fórum tem capacidade, junto com a Frente, junto com as lideranças comunitárias, junto com os mandatos, nós temos a possibilidade de montar um programa sistematizado, com o apoio do Dieese, das instituições, para chegar à sociedade, porque hoje, quando eu falo em casa e comida para todo mundo, as pessoas me chamam de louco. E é duro pensar nisso, estamos falando de casa, comida, transporte, esgoto, sabem? E aí chamam a pessoa de doida, de maluca, de utópica. Precisamos fazer com que essa utopia fique mais próxima de nós.

Eu não sei se vamos chegar lá, não sei, mas precisamos construir um projeto, e 2026 está aí, é amanhã, e se não nos organizarmos, será mais uma paulada. Nós não podemos hoje depender, feliz ou infelizmente... enfim, nós dependemos de uma pessoa, mas se o Lula não for candidato, nós não vamos ganhar, desse jeito não vamos ganhar, e ele não vai durar para sempre. Se nós não tivermos um projeto consistente, que não seja “fulanizado”, que não seja baseado em uma pessoa, nós vamos nos ferrar cada vez mais. Esses números vão ficar cada vez piores, a concentração de renda vai ser cada vez pior, o nosso salário vai ser cada vez mais baixo, o número de adocimentos vai ser cada vez maior e nós vamos estar aqui de novo. E aí, o que faremos?

Então, a ideia que trazemos aqui é para que, a partir das reivindicações dos sindicatos – isso é muito importante, pois já temos uma organicidade, os sindicatos já têm as suas pautas –, nós façamos uma sistematização disso, porque os sindicatos, além de terem reivindicações, sabem qual é a saída. O trabalhador sabe o que ele quer, sabe o que precisa lá na ponta, lá na Unidade Básica de Saúde, nos hospitais, nas escolas, ele sabe o que precisa. Então, a partir dos sindicatos temos condições de fazer uma sistematização disso e, a partir disso, criar um programa e chegar em 2026 dizendo: a sociedade que nós queremos é essa aqui, e não menos do que isso; se não for isso aqui, nós não queremos.

Eu acho que junto com a Frente, junto com o Fórum, junto com os sindicatos e com os companheiros e as companheiras que estão aqui, nós



convidamos todos a entrarem na luta, a se engajarem nessa denúncia do governo Jorginho, pela sua maneira de gerir o Estado, que é absolutamente para privilegiar os ricos tirando dos pobres, tirando dos aposentados para dar para os ricos. É isso o que ele faz!

Precisamos sair daqui com essa raiva, mas essa raiva organizada. Precisamos organizar a raiva, porque senão vira *freestyle* e aí não dá muito certo, não é? Precisamos fazer isso e o Fórum é um espaço fundamental para isso, é um espaço de diálogo e de consenso, não é uma entidade que quer substituir absolutamente nada, é um espaço organizativo da classe trabalhadora do serviço público de Santa Catarina. Ponto. E é isso o que queremos fazer e convidamos todos a participarem desse grande debate, desse grande movimento, que começa agora e vai até 2026.

Obrigado. (*Palmas.*) [*Transcrição: Djonathan Costa / Leitura: Clovis Pires da Silva*]

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Obrigado, Neto.

Agora vamos abrir a fala para as dez entidades que estão inscritas.

Primeiramente, passo a palavra para a senhora presidente da Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais, Jucélia Vargas.

**A SRA. JUCÉLIA VARGAS** – Bom dia a cada companheiro e a cada companheira que veio acompanhar esta audiência. Obrigada, Fabiano, pelo espaço. Acho que essa Frente é um lugar importante, porque traz esses espaços para discussão.

Eu gostaria de poder dividir com vocês os sentimentos e as indignações, assim como o meu companheiro Neto colocou aqui, de que não há futuro sem presente. Muitas vezes dizemos: a juventude é o futuro, mas a juventude é o presente. Quem é jovem agora, precisa de política pública agora, as pessoas precisam de cuidados agora, de tratamentos para as suas doenças agora, de assistência agora, para nós continuarmos tendo futuro.

Nós militamos em várias organizações, além do movimento sindical. No movimento negro, no movimento LGBTQIA+, no movimento que busca inclusão social e igualdade de oportunidades. Todos esses movimentos, se não vierem para a luta dos servidores públicos, não efetivarão nenhuma de suas pautas, porque não há como alcançar igualdade de oportunidades, não há como alcançar inclusão social, não há como alcançar outro mundo possível em relação às questões climáticas, não há como combater a fome sem olhar para o serviço público e para os servidores. Olhar para nós é olhar de onde vem o dinheiro e para quem vai o dinheiro.

Observando as eleições municipais pelas quais acabamos de passar, nos mais de 5.500 Municípios do Brasil, e observando as propostas das candidaturas, se quem ganhou as eleições nos Municípios implementar 2%, 3% do que prometeu, teremos um outro mundo daqui a um mês, mas infelizmente é discurso político, eleitoreiro, usando o serviço público. E depois é pau no nosso lombo.

Os Deputados e as Deputadas foram aos Municípios para eleger os seus, não para melhorar a vida do povo, foram para garantir o seu lugarzinho em 2026 no Congresso e no Senado, para continuar colocando lá uma proposta como aquela que os Prefeitos foram pedir num dia e no dia seguinte a proposta estava pronta – a PEC 66 –, aprovada por unanimidade no Senado. Mais pau no lombo do servidor público.



Como é que se vai garantir a universalização das creches somente construindo prédios? As crianças trocam fraldas sozinhas? Alimentam-se sozinhas? Aprendem sozinhas? Não, elas têm que ter o servidor e a servidora. O Estado, a sociedade está em disputa. Eu sei que cada um aqui veio por um determinado fator: pela gratificação, pelos 14%, por conta da Previdência, mas nós precisamos nos apropriar disso. Hoje pela manhã, vindo para cá, Neto e Deputado Fabiano, eu ouvi uma das rádios mais famosas lá da região sul falando dos penduricalhos dos servidores públicos, que insalubridade e periculosidade é penduricalho. Porém, não falou uma vírgula da taxação das grandes fortunas, que esses porcaria do Congresso não votaram para taxar os super-ricos, que fizeram suas fortunas no lombo do trabalhador e da trabalhadora, cercando terras e dizendo que eram suas.

Se nós não nos apropriarmos do debate, do que significa justiça fiscal, e não ajuste fiscal, de onde vem o dinheiro, e disputarmos isso, nós continuaremos com as terceirizações e com as privatizações. Se nós não tivermos a utopia que aqueles que nos antecederam tiveram, colocando suas vidas em risco para mudar, para se organizar, para criar estratégias, para combater... Pela via institucional, pela política, mais de quarenta mil pessoas não foram votar em Criciúma e muita gente não foi votar no Estado de Santa Catarina porque não acredita mais, não sonha mais. Cabe a nós fazermos essa reflexão, esse debate, com a nossa organização e com a nossa mobilização.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Obrigado, Jucélia.

Passo a palavra para a senhora presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público de Santa Catarina (Sintespe), Marlete Aparecida Gonzaga.

**A SRA. MARLETE APARECIDA GONZAGA** – Bom dia a todos os colegas, servidores e servidoras públicas.

Gostaria de cumprimentar a mesa e agradecer ao Deputado Fabiano por acolher a nossa solicitação; ao Neto, que coordena o Fórum e o nosso debate rico, por meio do qual conseguimos fazer os nossos encaminhamentos; à grande companheira Jucélia, de tantas lutas; e ao nosso companheiro do Dieese.

Gostaria de cumprimentar também as nossas caravanas do Sintespe que vieram das regiões de Blumenau, Criciúma, Lages e Joinville, além de todos os nossos servidores públicos daqui, da Capital, especialmente a categoria da Fundação Catarinense de Educação Especial, que está em estado de greve atualmente por conta de uma questão que tratarei hoje.

Acho que essas questões macro da política foram muito importantes para percebermos os reflexos que elas têm na nossa vida real, dos trabalhadores, o que acontece com esse tipo de política que foi apresentado aqui, para que possamos entender que isso não acontece do nada, do acaso. Elas se originam de alguns fatos políticos, porque é lá que se decide, é na política que as coisas são decididas. Os sindicatos fazem um esforço, as entidades fazem um esforço, porém, precisamos da força de todos os trabalhadores, de todos os servidores para conseguirmos contrapor essa força política gigante que temos contra nós.

Então eu gostaria inicialmente de trazer esse fato que está acontecendo na gestão pública de Santa Catarina: nós temos um quadro civil em que o



salário base é de R\$ 820,00. Hoje, o salário inicial da carreira desse quadro civil no Estado de Santa Catarina é de R\$ 820,00 e o nível superior, em final de carreira, é de R\$ 1.914,00. Esse é o quadro que se configura, hoje, na maioria dos servidores do Executivo, do quadro civil, e que vem sendo compensado nos últimos dez anos, doze anos com gratificações. Por isso nós dizemos: equiparação das gratificações.

Essas gratificações foram tratadas dentro desse mesmo quadro de forma diferenciada, ou seja, uma pessoa que está na lotação de um órgão exercendo o mesmo cargo que outra – vou citar o exemplo de uma assistente social –, entraram no mesmo concurso, têm as mesmas funções, e só por estar em outro órgão recebe de R\$ 3.000,00, R\$ 4.000,00, até R\$ 6.000,00 de diferença. É uma situação que não pode mais continuar.

Precisamos urgentemente que o governo olhe para esses servidores de forma especial, porque eles estão com os salários altamente achatados. São servidores públicos – vou citar alguns aqui – da Fesporte, da Fundação Catarinense de Cultura, da SAR, do quadro civil da Educação, dos Cedups, da Fundação Catarinense de Educação Especial, da Sicos, entre outros, que estão sem uma política salarial, nós não temos o cumprimento da data-base que hoje é lei em Santa Catarina. A data-base não é cumprida, inclusive o Sintespe ingressou com uma ação na Justiça para que o governo cumpra a data-base.

Nós trouxemos os servidores para uma mesa de negociação com o governo e ele disse assim: o governo precisa investir, tem que ter folga para fazer investimento. Parece que o investimento se dá sem o servidor, não é? E como já foi dito aqui, precisa do servidor. Eu sempre digo: o servidor é investimento e ele tem que estar incluído. Nós vemos o índice da folha de 38%, 39%, que foi apresentado pelo Dieese. Então, há um achatamento muito grande.

Nós estamos com *n* problemas nos serviços da Saúde, por exemplo. O Nereu está aqui e falará mais especificamente sobre essa questão da hora-plantão, sobre a retirada de direitos e sobre as notícias de que podem vir ainda mais pacotes de retirada de direitos. Nós estamos aqui para dizer que não iremos aceitar nenhuma retirada de direitos. Nós precisamos é ampliar os direitos com o fim do confisco dos 14%, que faz com que o servidor aposentado e o pensionista sofram muito, e com o fim da discriminação e da injustiça salarial que acontece no serviço público de Santa Catarina. *[Transcrição: Reinaldo T. Ouriques / Leitura: Djonathan Costa / Leitura Final: Marivânia Pizzi]*

Deputado Fabiano, antes de terminar a minha fala não posso deixar de colocar um pedido dos engenheiros e das engenheiras da Secretaria de Infraestrutura, da qual eu faço parte. O governo do Estado colocou 37 servidores da área da Engenharia à disposição da Secretaria da Educação, e até gostaria que a Educação visse se esses engenheiros não gostariam de sair, porque a própria Secretaria da Infraestrutura tem um departamento direcionado às obras civis do Estado no qual esses servidores já fazem o acompanhamento de obras públicas, tanto da Educação, quanto da Saúde e de todos os demais órgãos. Esses 37 engenheiros foram colocados à disposição sem qualquer motivação e entraram com um mandado de segurança, ganharam o mandado de segurança, mas mesmo assim, arbitrariamente, o



responsável, o gestor direto, proibiu a entrada... não a entrada, cortou o acesso deles ao sistema da Secretaria da Infraestrutura.

Acho isso uma falta de consideração para com esses trabalhadores que fizeram concurso para a Secretaria da Infraestrutura e exercem as suas funções lá de forma a atender todos esses segmentos, inclusive o da Educação. Eles querem permanecer no órgão de origem para o qual foram contratados.

Muito obrigado a todos e estamos na luta juntos, firmes com vocês.  
(Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Obrigado, Marlete.

Eu convido a fazer uso da palavra o Nereu Sandro Espezim, presidente do Sindicato da Saúde do Estado de Santa Catarina (SindSaúde).

**O SR. NEREU SANDRO ESPEZIM** – Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar o Deputado Fabiano da Luz pela iniciativa, os demais membros da mesa, em especial a Jucélia por representar a minha categoria da saúde, que é majoritariamente composta por mulheres. E a área da Saúde tem um resultado porque as mulheres estão ali para fazer aquilo para o qual muitos de nós achamos desculpas para não abrir a discussão e realizar.

Mas os ataques se intensificam ao servidor público, e aqui vou falar especialmente dos servidores da Saúde. Eu acho que a pauta do Sintespe é legítima quanto à equiparação das gratificações, mas fomos surpreendidos recentemente com o anteprojeto da Administração do Estado de Santa Catarina ameaçando com o fim dos planos de carreira que, por grandes e históricas lutas, por muitas greves dos servidores da Saúde e da Educação, foram conquistados neste Estado. O que vivemos nos últimos anos de gestão governamental são políticas de governo de plantão, que mudam a caracterização da Constituição do nosso Estado para beneficiar os amigos do “rei”.

Não bastasse isso, após a reforma da Previdência ficamos com um problema seriíssimo que está em discussão no Tribunal de Contas do Estado, porque o nosso plano de carreira... Por falta de vontade do próprio Executivo e da gestão estadual de Saúde, há anos se vem sucateando os concursos públicos com contratações frágeis, como a contratação dos ACTs, que são profissionais temporários que fazem o mesmo serviço do efetivo, ganham menos do que os efetivos e que são massacrados, como no setor privado, o qual também representamos e, por isso, sabemos a luta e a dor do dia a dia daqueles trabalhadores da saúde privada do nosso Estado, do nosso Brasil, infelizmente.

Em relação ao nosso plano, conquistado na greve de 1996, temos já as 30 horas, que nunca conseguimos fazer 30 horas, né? Hoje fazemos 45 horas de trabalho com horas extras justamente pela falta de quadros necessários para a saúde. Então, aquele mapa do adoecimento do Dieese é muito claro e muito real, e se aprofundar mais, terão mais coisas para explorar, porque existe a subnotificação das doenças do trabalho, os nossos hospitais não notificam a chegada do cidadão, classificando-o como um acidente, como um atendimento normal, então há muita subnotificação.

Quanto ao adoecimento mental ali citado, quero dizer que é apavorante o número de tentativas e de suicídios que chegam nas nossas unidades



hospitalares. Isso não é divulgado, mas nós precisamos aprofundar esse debate.

Então, no nosso plano existe a incorporação da hora-plantão nos últimos 36 meses, que é a forma de valorizar aquele trabalhador que nunca conseguiu fazer as suas 30 horas e tem que trabalhar 45 horas, mas ele corre o risco de não incorporar mais ao seu salário – e isso representa 50%, 70% do salário do servidor, hoje, que trabalha na saúde de Santa Catarina.

Essa história de empreendedorismo já assistimos dentro das unidades de saúde, com serviços voluntários da sociedade civil. E isso encontramos na área do Corpo de Bombeiros com os bombeiros voluntários explorados, que recebem uma Coca-Cola e um vale-transporte para fazer o serviço que era para ser de um servidor público. Daqui a pouco a sociedade vai trabalhar de graça para alimentar o luxo desses ricos.

Recentemente entrou uma discussão aqui de um reajuste de salário, equiparando o salário dos presidentes de autarquia aos de Secretários de Estado, do governo, que antes desse governo assumir reajustou o seu salário de Governador e também o dos seus Secretários. Então, quando falamos aqui que essa política não é para nós, isso está muito claro, inclusive é compromisso de cada cidadão e cada funcionário público acompanhar esses escândalos que o próprio governo gera para alimentar as suas castas.

Estivemos ontem, Deputado e demais presentes, participando de uma reunião no TCE, estamos lutando para o reconhecimento da hora-plantão, sim, porque reduziu o nosso salário, levando-nos a um salário de miséria, levando o aposentado, que já está contribuindo e já recebeu um golpe do governo do Estado em conjunto com o confisco nacional, a reduzir 50% do seu salário. E, pasmem, a informação é que todos que saíram a partir de novembro de 2019 terão a incorporação da hora-plantão cortada das suas aposentadorias – estão só aguardando a posição do Iprev –, com o risco de devolver ao erário todo esse período que receberam, de novembro de 2019 até a data atual.

Isso é um assalto à vida das famílias, daqueles que constroem a saúde do nosso Estado. É uma falta de respeito e de consideração àqueles que construíram a Constituição deste Estado. Nós não estamos aqui para virar ambulantes, nós estamos aqui para fazer ciência, para trazer o conhecimento através da educação.

Não vamos permitir a entrega dos nossos serviços com a ameaça da privatização do Hospital Regional de São José e o Instituto de Cardiologia na transferência para o Município da Palhoça. A Palhoça tem condições, sim. Vamos discutir um consórcio público, vamos pegar os Municípios da região e construir um orçamento para bancar um novo hospital? Se já não damos conta com os hospitais próprios do Estado, entrega para a iniciativa privada, ou vocês acham que essas reforminhas maquiadas que o governo está fazendo é porque ele ama o serviço público e as suas instituições próprias? Não! Querem jogar para os braços da iniciativa privada e vão construir o lucro em cima de toda a retirada de direitos.

Para concluir a minha fala, quero dizer que este espaço tem que tirar encaminhamentos em relação a um possível pacote de final de ano. O alerta está dado, a intenção foi colocada e esse governo não luta com os servidores públicos. Ou nós nos unimos e derrubamos essa lógica de transformar tudo em privado, ou eles vão destruir as nossas vidas e as nossas histórias. Enquanto houver um servidor público de pé, a luta será feita. E para tanto eu convoco



todos os servidores da Saúde, como de outras entidades e outras representações, que são de extrema importância para uma sociedade igualitária, para um projeto, como foi dito aqui, de vida social para todos os catarinenses de Santa Catarina.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** –Obrigado, Nereu.

Eu quero dizer que tenho que ser mais severo um pouquinho em relação ao tempo.

Convido agora para fazer uso da palavra o Luiz Carlos Vieira, secretário de Assuntos Educacionais do Sinte/SC. [*Transcrição/Leitura: Siomara G. Videira*]

**O SR. LUIZ CARLOS VIEIRA** – Bom dia a todos e a todas. Saúdo a Ju, o Fabiano e os demais membros da mesa.

Eu sou o professor Vieira, da direção estadual do Sinte, e estamos aqui felizes pelo fato de estarmos unificados no Fórum dos Servidores, do qual temos participado. Por isso este é também um momento de alegria, pois nos sentimos fortalecidos diante de todos os ataques que os servidores públicos e a sociedade catarinense vêm sofrendo.

Gostaria de agradecer ao Deputado Fabiano, da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, este espaço, e parabenizar o Dieese que trouxe os números do Atlas do Serviço Público de Santa Catarina.

Não tenho dúvida nenhuma de que esse projeto não é algo específico do Estado de Santa Catarina, mas, sim, um projeto mundial, e se não destruímos esse sistema capitalista, estaremos à mercê dele. O serviço público está sofrendo e sofrerá cada vez mais, conforme os números apresentados aqui, quanto a sua precarização e privatização. Não esqueçam vocês, e está na mídia, que está na Bolsa de São Paulo a questão das escolas, e estamos fazendo a luta em São Paulo contra a venda das escolas. Isso não é brincadeira. Então aqui é tudo para o setor privado.

Aqui em Santa Catarina a nossa categoria é composta por mais de 70 mil trabalhadores, sendo que cerca de 75% são ACTs, os temporários, que estão naquele “outros” em que se contrata. Antigamente era só na Educação que os temporários atuavam, hoje estão em várias áreas, não é, Nereu e Marlete, infelizmente. Nós estamos atendendo cerca de 528 mil estudantes hoje na rede estadual, em mais de mil escolas. Todos os Municípios deste Estado têm escola estadual e em sua maioria os trabalhadores da educação são mulheres.

Nós fizemos uma greve este ano, e vocês acompanharam. Foi uma greve duríssima contra esse governo que é um “boneco” e está a serviço dos grandes empresários deste Estado, dos capitalistas. Nós tivemos, aí, sim, um reajuste – e distribuimos alguns jornais para vocês perceberem qual foi o nosso balanço deste ano em relação à nossa luta, e só conseguimos isso graças ao empenho e à luta dos trabalhadores e das trabalhadoras da Educação que fizeram essa greve –, não foi uma descompactação, e o governo está na televisão fazendo propaganda, diuturnamente, dizendo que é uma ação da Educação, fazendo propaganda para nos contrapor, para contrapor àquilo que foi luta e postura da nossa categoria de enfrentamento a esse governo. O que ele quer para todo o serviço público de Santa Catarina é a postura do ajuste fiscal. Sabemos disso pelos projetos que tramitam nesta Casa.



Nós temos mais de R\$ 3 bilhões de superávit até agora e teremos muito mais até o final do ano. E qual é a política desse governo para o serviço público – e aqui estão representantes de vários sindicatos do serviço público, com os quais nos reunimos no Fórum? Não tem nenhuma política para nós! A política é a destruição do serviço público e, com isso, o governo vem com assédio moral, que eu quero ressaltar aqui, e com a questão da democracia e do debate não acontecer mais no nosso ambiente de trabalho.

Aqui nesta Casa, para nós, da área da educação, tramita um projeto de código de ética para os professores, que é o PL 216, e estamos aqui fazendo a luta do nosso plano de carreira, a Lei 668, que precisamos fortalecer para que possamos manter os direitos que nós temos. Vejam, não estamos falando em avançar, estamos falando em manter aquilo que já temos. É como o Nereu citou aqui, que cada setor tem o seu plano de carreira, e nós estamos aqui com o nosso projeto.

Temos a Lei dos ACTs, dos temporários, e vocês sabem muito bem que uma mãe não pode nem levar o seu filho no posto de saúde que é descontada; se passar de dois dias a ausência para acompanhar seu filho na UTI, como aconteceu e virou notícia nacional, vocês acompanharam, temos que entrar na Justiça para garantir os direitos dessa trabalhadora – eu estou falando de filho, mas pode ser cônjuge ou outro dependente. Nós estamos com esse projeto aqui que não anda, porque os defensores desse sistema, desse governo pequeno que temos em Santa Catarina, fazem a defesa dos ricos.

Isso está aliado também à questão da municipalização das escolas, principalmente do Ensino Fundamental, e é aí que nós estamos discutindo também. Já vimos essa "patrolagem" em nível nacional e Santa Catarina foi um dos primeiros Estados a implementar a reforma ou contrarreforma do Ensino Médio, que nós estamos conseguindo, aos poucos, reverter em nível nacional.

Mas quero dizer para vocês que só há uma saída, e essa saída é coletiva. Não há saída individual contra esse sistema que está aqui colocado. Por isso no início da minha fala eu disse que estava feliz em estar aqui por continuarmos debatendo essas questões e com energia, para podermos vencer esse projeto maléfico que hoje está sendo levado adiante no Estado de Santa Catarina por um senhor chamado Jorginho Mello, a serviço da elite catarinense.

Muito obrigado, firmes na luta e até a vitória. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Obrigado, Vieira.

Passo a palavra para o Lucas Kamers de Aguiar, do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público de São José (Sintram-SJ).

**O SR. LUCAS KAMERS DE AGUIAR** – Bom dia a "todes", companheirada de luta. Eu sou Lucas, pedagogo de formação, professor da Educação Infantil no Município de São José e desde já manifesto a minha solidariedade, a minha força e o meu apoio às pautas dos colegas.

Em São José enfrentamos desafios parecidos, principalmente em relação às questões das terceirizações no nosso Município, que tem se intensificado. E essa questão não diz respeito somente à atual gestão, pois a gestão anterior, da Prefeita Adeliana – que era do PSD e atualmente é do PL do Jorginho e que trouxe as OSs, as Organizações Sociais, que é o grande foco das terceirizações em São José –, trouxe a OS para dentro da UPA do bairro Forquilha, que tem um atendimento cada vez mais precarizado. Até



o final da sua gestão já existiam outras OSs no Município, todas na área da saúde. E o atual Prefeito, Orvino Coelho, que agora foi reeleito e que é fruto da gestão Adeliana, intensificou as terceirizações, inclusive há um projeto de lei para ampliar para outras áreas além da saúde, triplicando o número de OSs no nosso Município desde o início da sua gestão.

Sabemos que a tendência é esse processo ficar cada vez mais forte, terceirizar tudo, pois é o que essa gestão quer. Mas nós nos mantemos na luta, firmes e fortes, contra as terceirizações.

Indo na base ouvimos o relato dos colegas e fica nítido que não só afeta a questão da aposentadoria, do nosso salário, das condições de trabalho, mas o dia a dia dos trabalhadores... Por exemplo, no ano passado o Orvino investiu R\$ 30 milhões em uma empresa para gerenciar o horário estendido de dez UBSs, mas a empresa não dá conta, porque faltam medicamentos, faltam exames. Ou seja, só estendeu o horário do problema. E isso acaba sobrecarregando ainda mais os servidores públicos que estão lá na ponta, porque são eles que tapam os furos da empresa que recebeu os R\$ 30 milhões e que não dá conta de atender às demandas da população. Quem sofre é a população.

Inclusive temos alertado os trabalhadores da educação do nosso Município, que é a maior categoria, de que tem uma tendência muito grande, pois é uma tendência em nível nacional, principalmente em relação ao setor da educação especial. Hoje, no Município de São José, nós não temos criado o cargo de professor de educação especial e todos os anos eles são contratados temporariamente, quase mil servidores, os quais poderiam estar, inclusive, contribuindo para a nossa Previdência de São José.

Então, vimos essa intensificação das terceirizações, mas lembramos sempre que é uma luta que fazemos aqui na nossa região, no nosso Estado, mas precisamos fazer também em nível federal. Precisamos unir todos os Estados do Brasil e ir lá em Brasília lutar pela revogação da Lei das Terceirizações e por 100% do dinheiro público para o serviço público.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Passo a palavra para o senhor Jair de Oliveira, presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público de Santa Catarina (Simpe-SC).

**O SR. JAIR DE OLIVEIRA** – Bom dia a todos. Gostaria de agradecer ao Deputado Fabiano e ao Deputado Marquito pelo espaço que conseguimos no dia de hoje, aqui na Assembleia Legislativa, agradecer a presença de todos os servidores e dos dirigentes sindicais que estão aqui, bem como agradecer principalmente ao Daniel pelo brilhantismo do trabalho apresentado aqui. Agora nós temos bases científicas – o seu trabalho foi feito em bases científicas – para demonstrar que o servidor em Santa Catarina não é um problema, como muitos propagam. Até em relação aos padrões da OCDE, que são os países mais ricos do mundo, Santa Catarina está à frente. Então, proporcionalmente, nós somos um Estado de vanguarda e de exemplo da eficiência do serviço público. [*Transcrição: Cátia S. Schaffer / Leitura: Siomara G. Videira*]

Infelizmente nós vivemos num país que vê, de uns tempos para cá, o crescimento econômico como um problema, porque pressiona a inflação; nós vivemos num país em que os baixos níveis de desemprego pressionam os salários. Hoje, boa parte da mídia e alguns economistas falam que tudo isso é um problema, mas nós estamos aí com esses dados demonstrando que o



serviço público não é um problema para o Brasil e não é um problema para Santa Catarina.

Muito obrigado pelo espaço e pelo trabalho. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Muito obrigado.

Passo a palavra para o senhor presidente da Associação de Professores da Udesc (Aprudesc), Douglas Ladik Antunes.

**O SR. DOUGLAS LADIK ANTUNES** - Bom dia a todos.

Quero saudar a mesa, principalmente o Fórum; e o Deputado, por chamar esta audiência. Comunico também a presença da coordenadora do Sintudesc, Sindicato dos Técnicos da Udesc.

Foi interessante ver o estudo apresentado pelo Daniel, porque nos encaixamos em todas aquelas curvas, então nosso caso particular, de alguma forma, reflete o estudo geral. Parabéns ao Dieese pelo estudo.

A Aprudesc é uma associação da seção sindical do Andes-SN e a Udesc é uma instituição que hoje conta com aproximadamente 54 cursos de graduação e 50 de pós-graduação. Foi fundada em 1965, com quase 60 anos de atuação, consolidada no Ensino, na Pesquisa e na Extensão. E hoje um dos nossos principais problemas – fora a defasagem salarial, que beira os 20% e as perdas acumuladas – é justamente a queda do número, tanto de docentes quanto de técnicos, que constroem a Universidade.

O orçamento da Udesc, hoje, é feito pelo duodécimo da Udesc, que é de 2,49%, do Orçamento do Estado, para manter os 54 cursos de graduação, 50 de pós-graduação, aproximadamente 1.300 professores, sendo desses 750 efetivos e aproximadamente 680 técnicos universitários. Temos 13 mil estudantes entre o ensino presencial e o não presencial. Esse duodécimo da Udesc, de 2,49%, nem se compara, por exemplo, ao duodécimo da Alesc para manter 40 Deputados, que é de 4,34%. Então, a gente está chegando num patamar limite em relação ao nosso duodécimo. Temos uma defasagem de técnicos e de docentes e hoje para avançarmos precisaríamos – em termos de desse crescimento, principalmente vertical da pós-graduação da Udesc – de pelo menos 120 novos concursos só de docentes, dados da Reitoria.

A relação técnico/docente da Udesc é de aproximadamente, na média, 0,9, o que é menos de um técnico por docente efetivo. Se compararmos com outras universidades, a UFSC, por exemplo, tem em torno de 1,5 técnico por docente; USP, em torno de 2,5; Unicamp, em torno de 3,5. Então a situação da Udesc está bem grave. Isso vai impactar na queda do número de pessoas concursadas, inclusive na própria arrecadação do Iprev.

Acho que também caberia uma audiência pública somente sobre a questão da Udesc, porque temos ferido sistematicamente a nossa autonomia, em que não podemos discutir a reposição, mesmo tendo orçamento próprio. Na reposição salarial, estamos com perdas acumuladas com o professor assistente em torno de R\$ 150 mil, e com o professor titular um pouco abaixo de R\$ 250 mil, porque foram seis anos sem reposição salarial.

Há necessidade do plano de carreira dos técnicos, entre as três principais categorias de técnicos universitários, temos uma defasagem salarial do técnico de execução para o técnico de suporte, de 40%, na diferença salarial, o que é uma coisa absurda e não conseguimos avançar. Temos as nossas lutas internas também, mas o grande problema também é ter um governo Jorginho Mello e um pára-choque como um GGG que



sistematicamente emite resoluções que inclusive têm mais poder do que a própria Constituição Federal em alguns casos. Então o GGG é um grande problema para nós.

Enquanto isso também, só para ir encerrando a minha fala, nós temos não só o problema da renúncia fiscal, que no Estado foi...

*(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: “O que é o GGG?”)*

É o Grupo Gestor do Governo do Estado, que é o para-choque do governo, não é? Esse pára-choque tem sistematicamente barrado todas as reivindicações que em teoria temos nossa autonomia, mas elas todas ficam travadas nesse grupo gestor, que foi fundado lá no governo Moisés e foi mantido agora porque ele tem funcionado muito bem, no sentido de manter esse achatamento do serviço, o que já foi falado anteriormente, inclusive por manter nessa condição de precarização do trabalho...

Nós nos enquadrámos totalmente, Daniel, naquela situação do adoecimento docente, que, inclusive é um dos próximos estudos. Temos aqui a presença do Maurício Molinari, nosso assessor sindical, e todos esses dados estão sendo feitos pela assessora sindical, estamos disponíveis no *site* [aprudesc.com.br](http://aprudesc.com.br).

Para nós é muito cara essa discussão sobre a renúncia fiscal, mas não somente sobre isso, porque quando não vem pela renúncia, vem pelos projetos também, como o Programa Universidade Gratuita que está tirando sistematicamente recursos da universidade pública e da própria educação para direcionar para as universidades comunitárias e privadas. Estamos com um problema muito grave em relação à universidade gratuita, de interesse de todos, porque vai significar também, como já foi falado anteriormente, na elitização do acesso ao estudo. E o estudo do Maurício demonstra isso muito claramente: o direcionamento das vagas de medicina, de odontologia, de psicologia e de direito, o que a gente poderia estar agregando a esses cursos na Udesc se tivéssemos um orçamento maior.

Então a situação “udesquiana” é bastante grave, tememos por esses tempos. Gostaria de dizer que é uma alegria estar aqui, mas é um motivo de maior preocupação. É uma alegria em ver os companheiros dos outros sindicatos. Mas, de fato, acho que a nossa proposta não pode ser muito diferente do que foi falado pelo Neto, no início, de pensar num programa coletivo. Enfim, a situação hoje é muito preocupante.

Quero agradecer a oportunidade trazermos essas questões em relação à Udesc, assim almejando novos tempos de luta coletiva.

Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Obrigado.

Passo a palavra para o senhor presidente do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Alexandre Melo.

**O SR. ALEXANDRE MELO** – Bom dia a todas e a todos.

Gostaria, inicialmente, de parabenizar essa ação através da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Importante, mas divergindo um pouco do que o Neto falou, eu acho que é no Parlamento, é no Congresso, são nas Assembleias, são nas Câmaras de Vereadores – como aqui tinham alguns Vereadores que estavam presentes conosco, não sei se ainda estão, alguns Prefeitos – que a gente consegue fazer alguma modificação, porque as alterações só acontecem com muita força



porque o Parlamento, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, aprova. No momento em que nós mudarmos essa lógica, aí sim nós vamos ter força para fazer as alterações.

Imaginem se nós não tivéssemos pessoas que se dedicassem a criar uma audiência pública para nós podermos discutir, neste momento, possibilidades e os problemas que estão acontecendo no Estado de Santa Catarina. E o Dieese, através do Daniel, trouxe para a gente uma informação extremamente relevante: de um lado Santa Catarina é rica, mas quem caminha na Grande Florianópolis, como eu costumo caminhar, e como o Sindalesc tem projetos sociais, essa Santa Catarina do PIB não é a Santa Catarina das comunidades, aqui em Florianópolis, conhecida como a Ilha da Magia.

Eu e tantos outros que caminhamos nesses lugares sabemos que são dois mundos muito distintos: um grande número de vulneráveis. E aí comentaram sobre segurança, tanto do servidor como a segurança da sociedade. Porque sempre tem essa relação: servidor, a gente viu ali bem colocado o gráfico de pessoas na OCDE. É engraçado, mas a Escandinávia é amada por todas as pessoas que vão visitá-la, e casualmente é lá onde tem mais servidores públicos. E a gente vê menos miséria nesses lugares.

Se continuarmos na lógica da economia, em que já está superado aqui o acúmulo, não vai resultar na benesse da sociedade como um todo. Muitas vezes é exatamente ao contrário e Santa Catarina mostra isso cabalmente. Ou seja, de um lado temos uma economia gigante, onde poucos têm muito e muitos têm pouco. [*Transcrição/Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Então essa relação da economia, de PIB: ah, Santa Catarina é maravilhosa. Sim, por um lado, mas para quem percorre os caminhos e os lugares, que são muito bem escondidos, e não é por acaso que há duas semanas aconteceu àquele incidente de segurança aqui, porque são lugares de disputa entre facções criminosas. Muitas vezes, nós falamos do Rio de Janeiro como um lugar de violência; e, em Santa Catarina, não, né? Nada acontece de anormal, porque não aparece na mídia, na grande mídia não aparecem as grandes adversidades que vêm acontecendo. O que temos aqui são problemas na educação, são problemas na saúde e as pessoas estão cada vez mais vulneráveis, têm menos acesso a esses serviços e os servidores públicos vêm sendo cada vez mais preteridos.

Finalizando é importante salientar que, de forma não tão silenciosa, nos últimos anos vem fazendo alguns ataques e tirando a atratividade de você ser servidor ou servidora pública. Vamos lá: SC Futuro, você não tem mais futuro de aposentadoria, correto? E essa fumaça que nos chegou também, de retirada de direitos de servidores públicos; ou seja, nós vamos pagar mais Previdência, não vamos ter mais nenhum tipo de direito além daquele que já tem na iniciativa privada. O servidor público vai ganhar, com certeza, como já aconteceu na década de 1990, onde você ganhava dez, vinte vezes mais na iniciativa privada do que no serviço público.

Essa forma silenciosa que vem retirando direitos e vão tirando a atratividade, provavelmente vai diminuir ainda mais o número de servidores públicos nos últimos tempos. Nós, aqui da Alesc, o gráfico mostrado pelo Daniel traz que somos os que tivemos mais diminuição de servidores na década, quase 40%. Então isso é uma lógica que está bem colocada, mas nós precisamos de mais Parlamentares que nos representem, nós precisamos de um Congresso mais capilar para poder defender essas pautas. Se nós



pensarmos que apenas o Executivo vai resolver, não vai resolver! Se nós tivermos o Executivo que tem até uma mentalidade um pouco mais solidária, mas tivermos um Parlamento mais alinhado com a outra lógica, então precisamos fortalecer o nosso Parlamento, precisamos fortalecer as nossas Câmaras de Vereadores senão daqui a pouco eles vão fazer da maneira como bem entenderem.

Obrigado novamente; obrigado ao Fórum, que esteve e que está nessa lógica. É no coletivo que nós vamos ter alguma chance, tanto no âmbito do sindicalismo, quanto dos fóruns, quanto das centrais, quanto das federações e confederações. Em outro lugar nós que somos apenas trabalhadores, mal remunerados ou bem remunerados, não teremos outras condições senão no coletivo, na união. Juntos, somos mais fortes.

Obrigado. (*Palmas*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Obrigado, Alexandre, que agora se tornou presidente da Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos Federal, Estaduais e do Distrito Federal (Fenale).

Passo a palavra para a senhora presidente da Federação dos Trabalhadores Municipais do Estado de Santa Catarina (Fetram), Sueli Silvia Adriano.

**A SRA. SUELI SILVIA ADRIANO** – Bom dia a todos e a todas.

Quero agradecer pelo espaço e dizer que é difícil vir aqui na frente e não dar um puxão de orelha em nós mesmos. Estava aqui vendo os gráficos, quando fui presidente do Sindicato Único dos Trabalhadores Municipais de Blumenau, nós sempre tivemos naquela lógica de que a Lei de Responsabilidade Fiscal era o limite para nós fazermos uma greve, uma mobilização.

Hoje, aqui, nós vemos o gráfico dizendo que o Estado de Santa Catarina tem dinheiro, e o que nós estamos fazendo? Tem dinheiro lá e nós dizemos: olha, não sei. Vamos esperar o quê?

Dizer que essa unificação através do Fórum... e eu estou falando aqui de puxar a orelha, não é somente a de vocês, é minha também como dirigente sindical, presidente de uma federação, estar dentro da Central Única dos Trabalhadores, ser também companheira da Jucélia, na Confederação Nacional dos Trabalhadores Municipais do Brasil. Dizer assim: que nós continuamos ainda querendo cuidar só do seu quintalzinho, da demanda cotidiana da saúde, da assistência e da educação.

E nós estamos fazendo o que para ganhar mentes e corações dessa população que está perdendo direitos? Porque nós não estamos aqui para falar única e exclusivamente do servidor público. Nós estamos aqui para dizer que nós estamos perdendo as políticas públicas da sociedade. E quando nós perdemos a política pública, nós perdemos também enquanto usuários dessa política pública. É essa política pública que está aos poucos fechando escolas, privatizando, terceirizando e precarizando todos os serviços públicos.

Então, Neto e Jucélia, nós que estamos no Fórum, nós precisamos buscar qual é o caminho dessa unidade, qual é o caminho de ir àquela entidade sindical e dizer que não adianta ficar lutando lá por coisinhas pequenas dentro da entidade sindical. Porque o macro está vindo de cima e está nos destruindo, enquanto tem a PEC 66, todas as reformas e aos poucos nós estamos perdendo a nossa mobilidade, a nossa visibilidade.



Lá atrás nós tínhamos as associações de moradores, que estavam do nosso lado. Eles conseguiram cooptar todas elas, nós não estamos mais lá na sociedade, nós não estamos mais – mesmo que seja em qualquer religião – dentro das igrejas, dentro das mobilizações de catequese... ah, é isso! Eles tomaram esse espaço, viram que esse era o caminho e nós fomos sendo engolidos.

Então, nós vamos ter que retornar ao passado. Não basta o presente, tem que estudar o passado e dizer que essa história do passado, onde nós erramos e onde é que nós vamos ter que buscar o nosso futuro, senão nós não teremos futuro. Eu já sou aposentada e espero que alguns de vocês também sejam, porque não sei se os outros vão conseguir. Mas não adianta eu estar preocupada porque o Prefeito de Blumenau, Mário Hildebrandt, está pedalando R\$ 240 milhões do Instituto de Previdência. Eles não precisam pagar a parte deles, mas nós temos que ficar pagando os 14%.

Então é assim: não estou preocupada exclusivamente com o meu umbigo, porque o meu salário é de carreira e eu consegui me aposentar bem, mas não sei até quando vou receber esse salário. Agora, nós precisamos buscar essa unidade. E essa unidade é nos desencilharmos dos nossos egos e buscar uma unidade conjunta, seja no Fórum seja dentro das nossas centrais, mas parar de achar que nós temos que ficar apenas olhando para o nosso umbigo. Ou nós nos unificamos na luta, ou os trabalhadores e as políticas públicas vão perder, e muito.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Muito obrigado, Sueli.

Passo a palavra para a senhora Ellen Caroline Pereira, do Sinjusc.

**A SRA. ELLEN CAROLINE PEREIRA** – Bom dia a todas e a todos. Cumprimento com muito carinho a Jucélia e o Neto, meus companheiros, o Deputado Fabiano, o Daniel e a todas trabalhadoras e trabalhadores do serviço público em Santa Catarina, estaduais, federais e municipais, com uma saudação muito especial aos aposentados e às aposentadas.

Eu e o Neto somos do mesmo sindicato, mas eu não combinei nada com ele (*ri*). Hoje, no início da sua fala, ele comentou que se a pia está cheia de louça quer dizer que nós fizemos comida, que as pessoas tiveram o que comer. Na hora eu me lembrei de uma passagem da Carolina Maria de Jesus, que diz assim: “Levantei de manhã triste porque estava chovendo. [...] O barraco está numa desordem horrível. É que eu não tenho sabão para lavar as louças. Digo louça por hábito, mas são as latas. [...]” E aí tem uma outra passagem em que ela diz: “No frigorífico, jogam creolina no lixo para o favelado não catar a carne para comer. Não tomei café, ia andando meio tonta. A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar no estômago. Comecei a sentir a boca amarga. Pensei: já não basta as amarguras da vida? Parece que quando nasci o destino marcou-me para passar fome [...]” [*Transcrição: Júlia Amaral da Rosa / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Eu trouxe esse trecho e fiquei pensando muito na fala do Neto e da Ju, para que nunca esqueçamos tudo isso que estamos fazendo aqui que envolve um debate de estrutura central que é: nós vivemos em uma sociedade altamente desigual. A pobreza assola milhões de pessoas. É uma sociedade desigual, atravessada pela classe de trabalhadoras e trabalhadores, sem o



trabalho não temos como viver. Não podemos nunca nos esquecer disso, seja pelas questões de gênero ou pelas questões de raça.

A Constituição Federal de 1988, pensando nessa desigualdade que nos forja enquanto sociedade, traz alguma possibilidade de esperança de garantirmos uma dignidade diante de tudo que nos formou historicamente. Na minha concepção dentro desse processo o serviço público vem como forma de tentarmos enfrentar um pouco dessa desigualdade. Resolveria totalmente? Não. Mas, sim, tem a ver com o que a Sueli falou aqui: somos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público, somos usuários do serviço público, e há pessoas, na maioria da população, que não são trabalhadoras do serviço público, mas que o utilizam. E essas pessoas também precisam estar no nosso horizonte quando dialogamos.

Pensando que a Constituição e o serviço público trazem esse papel, sendo importante que reforçemos, o que todos os companheiros e companheiras já falaram: que o movimento que se tem é contrário. Mas, nós nunca efetivamos de maneira real o que está previsto na Constituição, nós conseguimos alguns avanços. Nós mal conseguimos aprovar a Constituição e já começamos a ver um monte de reformas, projetos neoliberais e tudo o que estava previsto se foi. Mas algumas coisas nós conquistamos, e essas coisas que conquistamos é que estão sendo tiradas. Então, ao invés de avançarmos no horizonte daquilo que é projeto para garantirmos dignidade humana, nós retrocedemos perdendo, inclusive, o pouco que conseguimos alcançar.

Acho importante pensar que os dados que o Daniel apresentou nos evidenciam que é uma escolha política em tirar do trabalhador e da trabalhadora pública e, automaticamente, se tira de toda a população brasileira trabalhadora, especialmente da população pobre, que é criminalizada diariamente. E se faz a escolha de deixar passando fome quem historicamente passou fome, que foi a classe trabalhadora, e quem nunca passou fome, mais rico. É uma escolha política.

É importante dizer que nós, enquanto trabalhadores e trabalhadoras, vendemos nossa força de trabalho, adoecemos trabalhando, e, aí, não tem como fazermos qualquer debate sobre o serviço público sem pensar que essa escolha política diante do trabalhador e da trabalhadora pública passa justamente por esse lugar. Trabalhamos a vida inteira – para quem trabalhou a vida inteira – e estamos com muitos aposentados e muitas aposentadas aqui, não é à toa que, quando fazemos uma mobilização como esta, quando fazemos um ato ou uma audiência, são essas pessoas das nossas bases que mais se movimentam, por causa desse sentimento de trabalhar uma vida inteira e depois se sentirem jogadas fora. E isso também é uma escolha política, é uma escolha de projeto de sociedade. Essa é a sociedade que vivemos: trabalhou a vida toda, adoeceu, entregou o que tinha para entregar e agora não serve mais – na concepção deles, obviamente, de quem tem o poder. E isso justifica tantos ataques à Previdência Social, por exemplo, e não é só no âmbito estadual.

Eu acho que o governo Jorginho... Nós já trouxemos várias vezes esse debate para o Fórum, sobre o quanto desse dinheiro que se isenta e não sabemos para onde vai, pois não há nenhum tipo de transparência. Na verdade, sabemos né? Cobramos e não se tem respostas, mas é no âmbito federal.



Agora, conseguimos uma vitória, acho que podemos ter uma esperança, que foi a retirada dos artigos da 66, que vinculavam com o 103. Eu acho que foi uma vitória, mas temos que continuar antenados, porque estamos o tempo inteiro segurando o rojão. O que o Neto, a Ju, a Sueli e outros companheiros e companheiras trouxeram nas salas hoje é que sabemos de tudo isso, mas queremos poder continuar sonhando.

Então, a importância de mantermos este espaço, desta audiência, inclusive, é para podermos nos olhar nos olhos e dizer que estamos juntos, que estamos vivos e que ainda sonhamos, apesar de tentarem destruir esses sonhos diariamente.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) –**

Obrigado.

Para encerrar a fala das entidades e das representações, passo a palavra para a senhora Juliane Pasqualetto, do Sintufsc.

**A SRA. JULIANE PASQUALETO** – Eu vou cronometrar para não me empolgar tanto, mas nos empolgamos vendo os camaradas, vendo a luta e vendo um trabalho tão bonito. Fico muito feliz também de ser convidada para este espaço. Eu cumprimento a mesa.

Meu nome é Juliane, faço parte da direção do Sintufsc e queria fazer coro ao que foi falado aqui e também dessa fala sensível da Ellen. Na universidade sofremos muito junto com a comunidade acadêmica, com os cortes orçamentários. E parece que não é muito diferente do que acontece aqui com o governo estadual. Infelizmente no âmbito federal temos déficits milionários, o que faz com que a universidade esteja literalmente caindo aos pedaços, insegura, porque não tem lâmpada para trocar, por exemplo. Isso nos desmotiva, pois queremos atender os estudantes, sobretudo os estudantes de ações afirmativas, que são mais de 50% de estudantes: pobres, negros, mulheres, mães de pessoas com deficiência. Então queremos poder atendê-los, termos recursos para que o percurso acadêmico não seja traumático, mas, sim, com uma formação de qualidade. Então acabamos sofrendo junto.

Eu sou assistente social, portanto tenho essa escolha, e ao meu lado estão os meus colegas que vêm sofrendo com toda essa precarização. Nós viemos com mais de cem dias de greve, e o governo federal também não foi sensível à nossa pauta. Ganhamos muito pouco, e quem ganhou menos ainda foram os aposentados. Parece-me muito semelhante com o que vem acontecendo no nosso Estado que é a reprodução dessa lógica capitalista do governo federal, estadual e municipal. É uma máquina muito maior que determina nossos rumos, nos adoce e nos mata, especialmente os usuários das políticas públicas, que incluem todos nós, mas, sobretudo, a população periférica, principalmente mulheres e crianças.

Por falar em mulheres e crianças, eu queria aproveitar para fazer uma denúncia, feita já por alguns sindicatos aqui, que é o fechamento arbitrário da emergência pediátrica do Hospital Universitário. Esse fechamento foi feito pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), defendida pelo governo federal, que colocou os trabalhadores em uma posição muito ruim de negar acesso, de negar direito. Dentro da cidade eu acredito que só o Regional atenda crianças, não sei se há outro espaço de emergência? O Infantil, o Regional, não. Ou seja, temos uma pauta em comum, temos uma luta em comum, que é garantir o atendimento das crianças dentro da nossa cidade e



isso vai precarizar o trabalho no Infantil e também vai precarizar e colocar os trabalhadores lá na emergência adulta. Na verdade, é o seguinte: a criança que chegar [no hospital] vai ter que passar pela emergência adulta para dizer que não foi atendida e isso é um crime. Eu não tenho outra palavra para dizer: isso é um crime, e não vamos aceitar esse fechamento, essa negação de direitos, essa negação de vida às crianças. Historicamente, sempre são mulheres e as crianças as que mais sofrem; a pobreza tem essa cara: é a cara das mulheres negras e das crianças.

Então eu faço essa denúncia aqui também, para que possamos dialogar e fazer uma luta coletiva com as comunidades da redondeza.

Obrigada, gente. Estamos juntos nesta luta. Contem com o Sintufsc e agradeço a apresentação e o trabalho brilhante e científico do colega.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Obrigado, Juliane.

Eu não sei se há alguém ainda que queira se manifestar. *(Pausa.)*

Resumindo, temos que estar atentos caso venha este ano algum projeto de lei do governo do Estado que mexa em qualquer questão dos servidores. De qualquer maneira, é importante estarmos atentos e trabalharmos com todas as entidades juntas. E nós aqui também, né, Neto? Devemos fazer essa avaliação sobre as reivindicações que foram aqui colocadas, das denúncias, da audiência pública da Udesc, para tirarmos isso tudo como encaminhamento e também para que o Fórum se mantenha e para que a Frente Parlamentar se mantenha ativa e atuante, sempre em defesa de todos os servidores públicos.

Agradeço a presença de todos e assim que necessário serão convidados em estarem aqui novamente.

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a audiência pública. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Leitura: Vera Regina Zacca / Leitura Final: Dulce M. da Costa Faria]

**DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ  
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**